

Pela dignidade da saúde suplementar

Autor: Jorge Carlos Machado Curi

Vivemos uma situação insustentável na saúde suplementar. Após uma década da regulamentação do setor e oito anos da CPI dos Planos de Saúde, o direito dos usuários à assistência de qualidade continua em risco por questões puramente econômicas.

Os números são absurdos. Mais de 45 milhões de pessoas pagam todo mês valores corrigidos anualmente, muitas vezes por índices superiores à inflação. Certamente é um gasto que pesa no bolso da maioria desses cidadãos, já submetidos a uma das mais altas cargas tributárias do mundo. Em troca, quando estão mais fragilizados, em busca de diagnósticos e tratamentos dos quais dependem a sua vida, encontram inúmeras barreiras para o atendimento: demora, negativa de autorização, informações equivocadas, desconfiança e desrespeito.

Do outro lado, estão os médicos. Mais de 160 mil profissionais de medicina prestam serviços à operadoras e seguradoras de saúde no país. Sem qualquer garantia legal, até o momento, de reajustes anuais dos honorários, estão excessivamente explorados, recebendo valores defasados há mais de 15 anos. Aqueles que colocam na calculadora as receitas advindas de consultas e procedimentos e as despesas de manutenção de seus consultórios, invariavelmente descobrem que o saldo é negativo. O que ganham é insuficiente para manter a estrutura e pensam em parar. No entanto, o Juramento de Hipócrates, os princípios éticos, a boa relação médico-paciente e a prática médica de qualidade os convencem a continuar lutando, pois este é o compromisso da classe médica.

Além do sufoco financeiro - que leva os médicos à cargas de trabalho cada vez mais desgastantes, dificultando a atualização médica e ampliando também o risco de falhas - os profissionais são obrigados a enfrentar interferências absurdas das empresas. Recente pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, a pedido da Associação Paulista de Medicina, revela atitudes inaceitáveis das operadoras e seguradoras - embora corriqueiras - como restrições a exames e cirurgias ou glosas a procedimentos que são feitos e não são pagos. Entre os médicos consultados, 92% já sofreram interferências.

Os intermediários entre os pacientes e os médicos, isto é, as empresas do setor, acumulam lucros milionários e crescentes, fundem-se em grupos econômicos de força assombrosa, dominam o cenário político da regulação governamental. Transformam as brechas legais e a imaturidade da nossa sociedade em um incomparável filão de negócios.

Mas nós, médicos e a população brasileira, não aceitamos essa lógica perversa. Precisamos trabalhar, porém exigimos fazê-lo com dignidade, pois nos preocupamos

com a vida e a saúde dos pacientes. Assim, neste Dia Mundial da Saúde, 7 de abril de 2011, damos nosso grito de indignação, pedimos apoio dos que são vítimas do atual sistema e cobramos respostas e medidas enérgicas das autoridades responsáveis.

Nosso movimento é social, popular. Clamamos pelo fim das interferências na autonomia profissional e pela valorização do trabalho médico. Defendemos, acima de tudo, o respeito à vida humana, pois a saúde é hoje a maior preocupação do brasileiro. É chegada a hora de sermos ouvidos.

Nota: Jorge Carlos Machado Curi é Presidente da Associação Paulista de Medicina.

Fonte: UOL